



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h52min do dia 1º/8/18, no Plenário Camil Caram, sob a presidência da vereadora Marilda Portela e com a presença dos vereadores Jorge Santos, Léo Burguês de Castro, Dimas da Ambulância e Pedrão do Depósito, reuniu-se a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, a presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação da ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 25/7/18, a presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. III - Discussão e votação: EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 1.750/15 – “Regulamenta a aplicação dos instrumentos de política urbana no Município de Belo Horizonte.” Autoria: Executivo - Mensagem nº 45, de 22/9/15. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência – com pedido de informação - apresentada pela relatora, vereadora Marilda Portela. EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 498/18 – “Torna obrigatória a realização de curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros por funcionários e professores, de todas as escolas e creches públicas do município.” Autoria: vereador Elvis Côrtes. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela rejeição. 3) Projeto de Lei nº 516/18 – “Proíbe a cobrança de valores excessivos nos estacionamentos localizados no entorno de espaços públicos e dá outras providências.” Autoria: vereador Carlos Henrique. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Orlei, pela aprovação. 4) Projeto de Lei nº 533/18 – “Altera a Lei nº 7.597, de 6 de novembro de 1988, que ‘dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências’”. Autoria: vereadora Áurea Carolina e Cida Falabella. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Léo Burguês de Castro, pela aprovação. 5) Projeto de Lei nº 567/18 – “Autoriza o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Executivo Municipal a conceder isenção fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU nos casos que especifica a dá outras providências.” Autoria: vereador Catatau. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedrão do Depósito, pela rejeição. Às 13h57min a presidente suspendeu a reunião por 10 minutos. Às 14h7min a presidente transferiu a presidência ao vereador Léo Burguês de Castro. 6) Projeto de Lei nº 554/18 – “Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), intensificando as exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no Município para estabelecer o limite mínimo de cobertura do seguro garantia em 30%(trinta por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.” Autoria: vereadores Álvaro Damião, Autair Gomes, Carlos Henrique, Catatau, Cláudio Duarte, Doorgal Andrada, Eduardo da Ambulância, Fernando Borja, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely Aquino, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Preto, Professor Wendel Mesquita, Rafael Martins, Reinaldo Gomes e Wesley Autoescola. Parecer do relator, vereador Léo Burguês de Castro, pela aprovação. A comissão perdeu prazo para apreciação deste projeto por falta de quórum, porque os vereadores Pedrão do Depósito e Jorge Santos e a vereadora Marilda Portela estavam impedidos de votar por serem autores do projeto. A vereadora Marilda Portela reassumiu a presidência. IV - Outros Assuntos: A presidente deu ciência à comissão do: Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 612/18 – “Em atendimento à solicitação, conforme manifestação da Subsecretaria de Contadoria Geral do Município SUCGM, informamos que, tendo em vista que o valor mais que triplicou de um ano para o outro, enviamos-lhe, em anexo, o detalhamento constante da contabilidade da referida empresa, na expectativa de atender ao solicitado.” Remetente do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ofício: Adriana Branco - chefe de gabinete do prefeito, em exercício. Nada mais havendo a ser tratado, a presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h10min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo(a) presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>17/8/18</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>22/10/18</u></p> <p>_____ Presidente</p>
